

A IMPORTANCIA DAS BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM AUTISMO

Antonia Raiane do Nascimento

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;
raianemombaca222@outlook.com

Antônio Francisco Alves de Sousa Reis

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;
afasr.edfisica@gmail.com

José Aurilo Bezerra da Silva

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;
raianemombaca222@outlook.com

Erica Duarte Bezerra da Silva

Universidade Estadual do Ceará-UECE;
erica.duarte@aluno.uece.uece.br

Luzineide Moreira martins

Instituto Federal de Ciências e tecnologia-IFCE;
luzineide.moreira@aluno.uece.uece.br

Resumo: Pensar na inclusão educacional de alunos com transtorno do espectro autista -TEA se constitui um desafio, uma vez que o aluno com TEA apresenta muitas especificidades. O presente trabalho tem por objetivo compreender a importância do ato de brincar para o processo de aprendizagem das crianças com autismo. A investigação de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico que buscou conhecer o histórico da Educação Inclusiva no Brasil, conceito e características do TEA, assim como suas possíveis causas e métodos de intervenção a serem utilizados em salas de aula. As entrevistadas encontradas em trabalhos acadêmicos e pesquisas expressaram algumas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, no entanto, as mesmas enfatizam que as brincadeiras e o lúdico contribuem de forma significativa na aprendizagem das crianças, pois procuram superá-las, buscando despertar o interesse e aproveitar potencial de cada aluno por meio das brincadeiras em sala de aula. É importante ressaltar que a inclusão dos alunos com TEA exige

conhecimentos e metodologias específicas que podem favorecer o trabalho. Sendo assim, é necessário um maior investimento por parte da instituição, principalmente, em formação para os docentes para que a inclusão possa se efetivar plenamente:

Palavras-chave: Autismo, metodologias, inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Durante os séculos XVIII e XIX, as pessoas com necessidades especiais eram tratadas “anormais” e assim, eram descartadas da sociedade. Somente no século XX, as mesmas passaram a ser reintegradas no convívio social, ou seja, começaram a ser percebidas pela sociedade, assim como o reconhecimento dos seus direitos como qualquer outro cidadão (FERREIRA, 2003). [...] a partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular.”

Como objetivo primordial, é a compressão da implementação da inclusão e o preparo das escolas e dos profissionais da educação para esta realidade. Assim, diante desses dados, temos como objetivos específicos identificar o projeto político pedagógico da escola e a sua ligação com os alunos com necessidades educacionais, descrever os créditos dos alunos com necessidades especiais e a responsabilidade por seu aprendizado nas classes regulares de ensino, e a compreender as principais necessidades dos profissionais da educação básica em relação a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, prevista na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. Para que possamos entender melhor vejamos um pouco do contexto histórico da inclusão no Brasil.

Em “relação a essas organizações, em 1990, foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, realizada na Tailândia, com a participação de educadores de todo o mundo. O motivo maior dessa conferência, foi exatamente a carência em relação a educação, principalmente em países pobres onde as minorias de pessoas com necessidades especiais não estavam presentes nas escolas e salas de aula regulares.

Segundo AINSCOW, 1997, A luta para conseguir a implementação de uma educação de qualidade para todos, conseguiu em muitos países, que seus objetivos fossem, ao menos em parte, cumpridos, ainda que haja muito a ser realizado (MUÑOZ, 2007).]

Tal situação decorre do fato de que a escolarização foi, por muito tempo, privilégio das elites, pois – apesar da existência de algumas propostas educacionais, segundo documentos e

estudos realizados – não havia uma política inclusiva da população em geral, na escola. (GATTI; BARRETO, 2009).

Então, no ano de 1994, surge a Declaração de Salamanca, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, realizada na Conferência Mundial sobre as Necessidades Especiais, a qual ficou reconhecida a obrigação de o ensino chegar a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, em ensino regular. Segundo Sánchez (2005), “As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns; As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias.”

Estando presente no nosso dia-a-dia, a educação inclusiva obtém um pressuposto de que toda criança tem direito à educação de qualidade. Portanto, a escola para incluir as crianças com necessidades especiais precisa estar preparada para corresponder a tais necessidades, precisa se adequar à nova clientela proporcionando-lhes um ambiente acolhedor e instigador da aprendizagem.

A educação inclusiva é marcada por leis e diretrizes que conduzem os educadores no seu exercício pedagógico a atuarem dentro das limitações características apresentadas pelos diferentes transtornos. Desta forma, o indivíduo com deficiência, passa a ser visto através de seu quadro diagnóstico e não enquanto indivíduo. (ROZEK, 2009)

A LDB, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), definem no capítulo V que “a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando ao mesmo currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades”, dentre outros. Portanto, a escola para se tornar inclusiva deve se dispor a mudar seu currículo e ambiente, fazendo com que todos os alunos sejam beneficiados, mudando o seu paradigma educacional a fim de atingir toda a sociedade.

A inclusão em termos geral, ainda está numa fase de aprimoramento, por isso necessita do empenho de todos, sociedade, escola, e de todos os profissionais inseridos no meio dela. Fazendo com que esse termo “Inclusão” realmente se torne realidade, pois é a partir disso, que deve colocar a prática que é tanto falada, em ação, pois, ainda o que muito se vê, são apenas teorias.

Então há a necessidade de profissionais qualificados e aprimorados nesse contexto, sabe-se que a formação desses profissionais, quase não existe, apenas são feitos alguns cursos nessa área, mas nada de tão completo, nada que possa fazer com que eles venham ter um

aprofundamento do que realmente a inclusão necessita, e que precisa para se tornar realidade todos os dias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (“Lei 9.394, de 20.12.1996), no capítulo V, define educação especial como ‘modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais’ (art. 58). A oferta de educação especial é “dever constitucional do Estado” (art. 58, § 3º).

Dentro desse contexto, a LDB prevê “currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos” para o atendimento adequado e específico de Necessidades Educativas Especiais (art. 59, I) e assim acrescenta que os professores do ensino regular possam ser “capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (art. 59, III).

No encalço de tentar compreender, o processo de aprendizagem das crianças, buscaremos analisar a importância das brincadeiras para com a aprendizagem dos mesmos, pois a criança precisa do ato de brincar para desenvolver sua coordenação motora e seu desenvolvimento cognitivo, que está diretamente interligado ao ato de brincar.

O professor para promover o processo de aprendizagem encontra vários desafios, entretanto existem algumas metodologias que podem ser utilizadas para promover esse processo e ainda contribuir com o desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, a escola necessita da participação e comprometimento de todos os envolvidos direta ou indiretamente. Para assim buscar entender melhor como os professores percebem esse processo, as dificuldades que encontram, uma vez que são esses professores que estão todo dia na sala de aula com os alunos e por meio destes pensamentos que o presente trabalho tecerá seus estudos mostrando o papel da psicopedagogia na alfabetização das crianças.

O referente trabalho possui como objetivo geral: Compreender a importância do ato de brincar para o processo de aprendizagem das crianças com autismo. Já os específicos: Entender qual a relevância do papel do lúdico em sala; analisar as metodologias utilizadas pelos professores para alfabetizar crianças; conhecer como se dá o processo de aprendizagem das crianças autistas por meio do lúdico. O mesmo poderá também servir de embasamento teórico para pesquisadores, que se identifiquem com esse mesmo tema, isso visando o enriquecimento do conhecimento dos leitores, assim, contribuindo para a sociedade do meio envolvido, que já foi citado acima.

2 METODOLOGIA

O presente artigo, é de natureza qualitativa, realizando através de pesquisas bibliográfica, tratando do histórico do TEA, bem como a sua descoberta; o seu histórico da educação inclusiva, buscando analisar o processo alfabetização por meio das brincadeiras na sala de aula, assim como o processo de inclusão dos alunos diagnosticados com TEA. Foram feitas observações a partir de pesquisas bibliográficas a partir da consulta de sites e dados sobre a alfabetização de crianças autistas, onde foi observado como está sendo feita a alfabetização das crianças com TEA e como ocorre o processo de inclusão desta criança na escola.

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

O oferecimento da Educação Especial como um serviço, de maneira segregada, tinha como objetivo, a educação de pessoas portadoras de deficiência, os atendimentos a essas pessoas eram realizados em ambientes especializados com características de tratamento, implicando na existência de dois sistemas de educação paralelos: o regular e o especial (Santos, 2001).

Com a criação da Lei Nº 12.764, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". Sancionada em dezembro de 2012, a qual todos os autistas passam a ser consideradas pessoas com deficiência, tendo direito ao ensino de inclusão nos Brasil.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) determina que os alunos com TEA, devem estar incluídos no ensino regular, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) O AEE, onde esses alunos são trabalhados com recursos e atividades diferenciadas da sala de aula comum, mas sempre complementando o mesmo conteúdo pedagógico repassado pelo professor titular.

As dificuldades dos professores, de um modo geral, se apresentaram na forma de ansiedade e conflito ao lidar com o “diferente”. Por exemplo, no estudo de Goldberg, Pinheiro e Bosa (2005) houve a tendência de o professor adotar estratégias que, de certa forma, inibem a expressão dos “sintomas autistas” (“manter o aluno ocupado”). Tal estratégia era utilizada mais como uma tentativa de “dominar” a própria ansiedade do que como uma prática pedagógica, calcada nas necessidades do aluno.

A partir do que foi relatado acima podemos observar que as crianças com necessidades especiais têm seus direitos assegurados por lei para garantirem o seu o processo de

aprendizagem e alfabetização na escola de ensino regular, e é por meio deste pensamento que o referente trabalho realizou uma análise do processo de.

O processo de alfabetização de crianças ditas “normais” já é um processo de difícil, já os das crianças especiais também é um processo lento e demorado, entretanto estudos comprovam que as brincadeiras em sala de aula tanto pode ajudar no processo de aprendizagem bem como o desenvolvimento social e psicomotor das crianças, Piaget diz que cada criança possui um determinado tempo próprio para aprendizagem.

Piaget (1896-1980) diz que toda a inteligência se dá pela equilíbrio do conhecimento. Indivíduo tende equilibrar o seu comportamento em relação ao meio, que sugere ao mesmo um ser de características biológicas irrefutáveis, as quais são a fonte de construção da inteligência. O desenvolvimento psicológico acontece desde o nosso nascimento, e segue até a maturidade, sendo comparado ao crescimento natural humano, uma vez que se diferencia pela idade que temos. Caracteriza-se pelas diferentes maneiras de agir e pensar. A isso, Piaget classificou como estágios de desenvolvimento, ao qual refletem os diferentes modo de agir da criança ao longo da vida. Ao aceitar que os fatores abstratos preponderam sobre os concretos, postulou que o desenvolvimento da inteligência acontece em uma sequência fixa e universal de estágios saber: Sensório-motor; Pré-operatório; Operatório concreto; Operatório formal.

A inteligência humana é caracterizada como adaptação a novas situações, portanto, está relacionada com a dificuldade de interação do indivíduo com o meio. Ou seja, quanto mais complexa for esta interação, mais “inteligente” será o indivíduo. Pois é a inteligência a fonte para que o homem construa conhecimento sobre o meio. Vygotsky (1896-1934) em sua teoria Sociointeracionista, discorre que o desenvolvimento humano ocorre mediante as trocas entre os indivíduos, através de interação e mediação.

Discute a respeito dos fatores biológicos e sociais no desenvolvimento psicológico, na sua abordagem o indivíduo é considerado enquanto estrutura biológica e ser social, um membro da espécie humana particular do processo histórico-cultural. É o único ser capaz de criar suas próprias condições de existência. Entende ainda que o conhecimento humano acontece através da relação sujeito-sociedade-objeto. Por isso trata a relação mediada por processos histórico-culturais.

4 CONCLUSÃO

Através deste referido estudo, foi constatado que a presença de autistas na escola regular, aumentou de forma expressiva, após a popularização do paradigma da inclusão e. Sobre este histórico da educação especial, destacando as diferentes formas de atendimento

ofertados às crianças com TEA. Refletimos também, sobre a função do professor no contexto da educação inclusiva. De acordo com Borges, Basso e Filho (2008), a legislação brasileira é bastante avançada com relação à inclusão escolar e toda escola deveria atender aos princípios constitucionais, porém, a mesma ainda é bastante excludente quando no sentido físico, pois deixa um pouco a desejar em sua estrutura.

Sendo o foco principal dessa pesquisa, a alfabetização e inclusão de crianças com autismo na perspectiva do professor evidenciando as ações pedagógicas desenvolvidas por ele no cotidiano escolar através das brincadeiras e do lúdico. De acordo com Pinho (2009): É de fundamental importância que o educador possua o conhecimento teórico sobre o. Contudo, a práxis é revestida por uma distonia entre a teoria que ele possui da prática que ele pode desenvolver.

Conclui-se que toda a pesquisa feita no decorrer do presente trabalho e diante da complexidade de se alfabetizar a criança com transtorno espectro autismo que apresentamos, faz-se necessário realizar a orientação e a capacitação dos educadores dentro de sistemas de apoio que sirvam de diretriz para realização do processo ensino-aprendizagem, a qual formação profissional deverá constituir-se de forma dialética na articulação entre teoria e prática. Contudo, ainda é necessário que outros estudos sejam realizados nessa área, por tratar-se de campo amplo educacional do país e assim se possa contribuir na alfabetização das crianças com TEA.

5 REFERÊNCIAS.

ALONSO. D. 2013, **Nova Escola, Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula**. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>>. Acesso em 02 de maio de 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm#art11>. Acesso em 20 de junho de 2018.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230550>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. Lei nº 9.394/96.

BRASIL, Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>>. Acesso em 15 março 2018.

Declaração de Salamanca sobre Princípios. Política e Prática em Educação Especial. Brasília. 1994.

FICK, W. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2009.

GARCIA. G. V. 2011. As pessoas com deficiência na história do mundo. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em 02 de março de 2018

GALVÃO, N. [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. 354p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GONÇALVES, R. B.; VIANA, C. A. F. J; SANTOS, S. B. **Materiais didáticos alternativos para o ensino de ciências a alunos com deficiência visual**. In: DIAZ, F. [et al]. (orgs.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, (p. 99-106). Disponível em <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/10>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

MAZZILO, I. B. C. **Inclusão escolar: dissonância entre teoria e prática** In: SILVA, S. P. [et al.]. Educação inclusiva. Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009. (p. 228)

MAZZOTTA, M. J. S.. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2003.

Memorial do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Iguatu: CAEE, 2018.

Memorial do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Iguatu: CAEE, 2018.

MENDES, E. G. **Breve Histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, v.22, (p. 93-109), 2010.

NOGUEIRA, M. L. L; OLIVEIRA, E. S. G; SÁ, M. S. M. M. **Legislação e políticas públicas em educação inclusiva**. 2. Ed, Curitiba: IESDE Brasil S.A: 2009. (p.184)

PORTAL EDUCAÇÃO: **O que é Educação especial**. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/o-que-e-inclusao-escolar/71911>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

RAVANI, L. In: Kátia Nunes. **Educação Inclusiva - Um Pouco de História**. Disponível em: <<http://www.rioeduca.net/blogViews.php?bid=20&id=3444>>. Acesso em 02 de junho de 2018.